

Caras e caros membros da comissão dinamizadora da AMALENTEJO e da comissão organizadora deste congresso,

Digníssimos deputados, autarcas e dirigentes e representantes de instituições e entidades públicas e privadas do Alentejo,

Ilustres representantes de entidades da área social, cultural, recreativa, desportiva... e do movimento associativo alentejano em geral,

Senhoras e senhores congressistas,

Começo por cumprimentar todos os presentes e por me congratular, de uma forma particular, com a realização deste 1º congresso da AMALENTEJO. Espero, muito sinceramente, que no final do mesmo sejam totalmente alcançados os objectivos que presidiram à sua realização e que este dia de partilha de ideias, de pontos de vista, de vivências e de experiências, funcione, de facto, como um momento enriquecedor, decisivo e definitivo, de união e de afirmação deste nosso Alentejo.

Cabe-me a honrosa tarefa de moderar o primeiro painel deste congresso, subordinado ao tema “Autarquias Locais – agentes de desenvolvimento: passado, presente e futuro; potencialidades e limitações”, e que irá decorrer, de acordo com o programa, até às 13.00 horas. Saúdo e passo a apresentar-vos, pela ordem pela qual vão intervir, os oradores neste painel, que tenho a honra e o prazer de ter aqui ao meu lado:

» A Sr.ª arquitecta Margarida Cancela de Abreu, Vice-presidente da Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas;

» O Sr. António Figueira Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Grândola, município anfitrião deste nosso congresso, e Vice-presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, António Figueira Mendes;

» A Sr.ª Dr.ª Hortênsia Menino, Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central;

» O Sr. Professor João Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Beja e Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo;

» O Sr. Professor Carlos Nogueiro, 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Tenho a certeza de que as vossas intervenções iniciais, e a vossa participação no debate que posteriormente ocorrerá, enriquecerão sobremaneira e serão um excelente “pontapé de saída” para este congresso, em termos dos painéis de debate que nos são propostos.

Sem pretender substituir-me a tão ilustres oradores, e não querendo também que esta minha breve intervenção inicial de apresentação e de enquadramento do painel resvale para um enumerar de “lugares comuns” ou de “frases feitas”, não posso deixar de referir algo que é, hoje em dia, uma constatação óbvia e uma verdade inquestionável: 42 anos

passados sobre Abril de 1974, a instituição e a afirmação do poder local livre e democrático foi e continua a ser, sem dúvida, uma das mais importantes e impressionantes conquistas da “revolução dos cravos”, que devolveu a democracia a Portugal e a esperança e a liberdade aos Portugueses! De resto, e na excelente intervenção anterior da Magnífica Reitora da Universidade de Évora, que aqui aproveito para saudar, ficou bem patente esta realidade; assim como ficou claro quão imprescindível e decisiva continua a ser, nos dias de hoje, a defesa intransigente e a valorização desse mesmo poder local. Por outro lado, não é menos verdade que as autarquias locais são os órgãos de poder que mais genuinamente resultam da vontade popular e que os eleitos locais são os governantes que mais próximos estão dos cidadãos, e que mais directamente conhecem e convivem com os problemas e com as aspirações concretas das respectivas populações. Não obstante tudo isto, não posso deixar de lamentar que vários governos, em diversos momentos da nossa democracia, tenham tentado impor diversos tipos de restrições, de limitações e de constrangimentos ao poder local, ao seu exercício livre e democrático e à sua consagrada autonomia.

Para além de nos ajudar a reflectir sobre o passado, a evolução e a realidade presente do nosso poder autárquico, espero sobretudo que este painel nos permita perspectivar e encontrar novos caminhos e, eventualmente, identificar novos modelos e novas estratégias, no que à afirmação e à autonomia da governação local e regional diz respeito. Aliás, e se me permitem a expressão, acredito que não iremos “descobrir” ou “inventar” nada de novo; uma vez que, como todos sabemos (e aqui aproveito para lançar, desde já, um argumento que poderá ser debatido e aprofundado mais tarde), até a própria Constituição da República Portuguesa, lei fundamental do País, consagra no seu articulado a instituição de modelos de autonomia e de formas de governação regional que, não obstante décadas passadas, não têm sido postas em prática e cuja implementação tem sido sistematicamente esquecida ou recusada por sucessivos governos e outros órgãos do poder central...

Deixo também aqui, e já agora, uma outra breve nota: em 8 de Novembro de 1998 realizou-se, como todos sabemos, o chamado referendo sobre a regionalização. Neste referendo foram colocadas à consideração e votação dos Portugueses duas questões: “concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?”, em primeiro lugar, e, em segundo, “concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?”. Curiosamente, e este é um dado que para nós, alentejanos, é muito significativo e sintomático (digo eu...), se levarmos em linha de conta as 8 regiões propostas e subjacentes à segunda questão do referendo (e eram elas, recorde, Entre-Douro e Minho; Trás-os-Montes e Alto Douro; Beira Litoral; Beira Interior; Estremadura e Ribatejo; Região de Lisboa e Setúbal; Alentejo e Algarve), o Alentejo foi a única destas regiões onde o “Sim” saiu vencedor em ambas as questões. Algo que de pouco ou nada nos serviu, uma vez que a decisão e a vontade expressa nas urnas pelos alentejanos, nesse dia 8 de Novembro de há quase 20 anos, não teve, como seria suposto que pudesse ter tido, qualquer consequência concreta para a nossa região.

Termino, passando imediatamente a palavra à Sr.^a arquitecta Margarida Cancela de Abreu; solicitando desde já, a todos os oradores e a quantos pretenderem intervir posteriormente no debate, uma especial atenção à questão dos tempos destinados às respectivas intervenções. Muito obrigada...

Maria Adelaide de Aguiar Marques Teixeira

(Presidente da Câmara Municipal de Portalegre)